

ECONOMIA SOLIDÁRIA: QUAIS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO¹

ECONOMÍA SOLIDARIA: ¿QUÉ OPORTUNIDADES PARA EL DESARROLLO

Alyson Thiago Almeida Ramos²
Yara Mendes Cordeiro Araújo³

2Universidade Federal de São Carlos/UFSCar - São Paulo
Programa de Pós Graduação em Sociologia
Rua Egídio Medeiros, 03, centro, Brasília de Minas /CEP: 39330-000
thiaguitoramos@yahoo.com.br

3Universidade Estadual de Montes Claros - MG
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social
Rua: Santa Clotilde, 92, bairro: Todos os Santos, Montes Claros - MG/CEP:39400-129
yaramcamoc@yahoo.com.br

RESUMO

Esta comunicação resulta de investigações no âmbito da economia solidária no Norte de Minas Gerais. As iniciativas coletivas vêm crescendo de forma territorializada no Brasil nos últimos anos e vêm sendo pensada como instrumento de estímulo ao desenvolvimento local, de modo a dinamizar economias dos setores populares. São fomentadas, em sua maioria, como alternativas de geração de renda e oportunidade de trabalho. As experiências reúnem um conjunto de atividades econômicas direcionadas para a autoorganização do trabalho baseadas em princípios de solidariedade, cooperação, democracia, igualdade e autogestão. Esse movimento vem viabilizando atividades de produção, prestação de serviços, crédito, trocas, comercialização e consumo. O Norte de Minas Gerais apresenta um grande número desses empreendimentos com forte participação de mulheres que desenvolvem o trabalho em diversos ramos de atividades como: alimentação, oficina de costura, artesanatos, padarias, lanchonetes, reciclagem, finanças solidárias entre outros. Ainda que a participação esteja ocorrendo de forma gradativa em muitos grupos, o objetivo principal desse trabalho é analisar alguns dos impactos econômicos e sociais gerados pela economia solidária na vida dos/as partícipes de cinco experiências situadas nas cidades de Montes Claros e Pirapora. A metodologia concentrou-se no estudo exploratório com aplicação de questionários, entrevistas e observação. Os resultados sugerem que a renda obtida com o trabalho associado apesar de restrita, tem gerado melhorias na vida de certas mulheres, mas ao nível da sobrevivência, aliviando assim as condições de exclusão e pobreza. Em outro plano, os impactos gerados propiciaram oportunidades

¹ Estudo referente à pesquisa parcial de mestrado em sociologia pela UFSCar e de pesquisa concluída de mestrado em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – MG.

² Sociólogo. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar - São Paulo. Pesquisa financiada pela FAPESP.

³ Graduada em Ciências Sociais, pesquisadora e mestre em Desenvolvimento Social pelo PPGDS - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

sociais de bem estar recíproco e fortalecimento dos laços comunitários ameaçados pela economia hegemônica. Não obstante, as experiências mostraram que as mazelas das desigualdades continuam muito perenes, pois a presença das iniciativas em territórios de exclusão traduz-se em estratégias de enfrentamento da questão social expressa principalmente pela pobreza, desemprego, precarização do trabalho, marginalização, dentre outras situações degradantes que impedem uma reprodução ampliada da vida com promoção de um desenvolvimento integral.

Palavras chave: Economia solidária. Desigualdades. Desenvolvimento.

RESUMEN

La comunicación de los resultados de la investigación dentro de la economía solidária en el norte de Minas Gerais. Los esfuerzos colectivos han ido creciendo territorializada en Brasil en los últimos años y han sido considerados como una herramienta para promover el desarrollo local, con el fin de impulsar las economías de los sectores populares. Son promovidos en su mayoría a la generación de fuentes alternativas de ingresos y oportunidades de empleo. Las experiencias que reúne una serie de actividades económicas dirigidas a la auto-organización del trabajo basada en principios de solidaridad, la cooperación, la democracia, la igualdad y la autogestión. Este movimiento está permitiendo a las actividades de producción, servicios de crédito, el comercio de marketing, y el consumo. El Norte de Minas Gerais tiene un gran número de empresas con una fuerte participación de las mujeres que desarrollan el trabajo en diversos campos de actividades tales como alimentos, taller de costura, artesanías, panaderías, cafeterías, el reciclaje, las finanzas solidarias, entre otros. Aunque la participación se lleva a cabo gradualmente en muchos grupos, el objetivo principal de este trabajo es analizar algunos de los impactos económicos y sociales generados por la economía social en la vida del o los participantes en los cinco experimentos en las ciudades de Montes Claros y Pirapora. La metodología se centró en un estudio exploratorio con cuestionarios, entrevistas y observación. Los resultados sugieren que procede del trabajo asociado, aunque la vida restringida ha llevado a mejoras en algunas mujeres, pero el nivel de supervivencia, aliviando así las condiciones de exclusión y la pobreza. En otro nivel, los impactos llevado oportunidades de bienestar social y el fortalecimiento mutuo de los lazos comunitarios amenazados por la economía hegemónica. Sin embargo, los experimentos mostraron que los males de la desigualdad siguen siendo muy perenne, ya que la presencia de iniciativas en ámbitos de exclusión se traduce en estrategias de afrontamiento de los problemas sociales expresados principalmente por la pobreza, el desempleo, empleo precario, la marginación, entre otras situaciones degradantes prevención de una reproducción ampliada de la vida con la promoción del desarrollo integral.

Palabras clave: La economía social. Las desigualdades. Desarrollo.

INTRODUÇÃO

No contexto das últimas décadas do século XX, o mercado de trabalho passou por uma reestruturação devido à forte volatilidade dos mercados, da competição, como também da redução dos lucros decorrentes das transformações econômicas e políticas

do período. Esse processo aumentou o número de desempregados, de demissões e subempregados, impondo de acordo com as circunstâncias contratos de trabalho mais flexíveis, seja temporários, parciais ou subcontratados. O peso da instabilidade, da insegurança desse período abateu-se sobre os trabalhadores menos qualificados, reforçando o processo de exclusão de trabalhadores no mercado de trabalho.

A participação de trabalhadores/as tem crescido nas iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas no associativismo. Seria uma nova configuração do trabalho, a partir do trabalho associado em um contexto de forte exclusão social. Estas iniciativas, referenciadas no chamado movimento de Economia Solidária, são fomentadas como alternativas de geração de renda, oportunidade de trabalho e inclusão social. Esse movimento vem viabilizando atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. A economia solidária reúne um conjunto de iniciativas econômicas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na solidariedade. Houve um crescimento dos empreendimentos solidários nas últimas décadas, em todo país, decorrente do aumento do desemprego das últimas décadas do século passado.

Minas Gerais tem estado se destacando na economia solidária pela multiplicação de empreendimentos situados nas várias regiões (Noroeste, Vale Jequitinhonha, Central/Belo-Horizonte, Vale do Mucuri, Triângulo/Alto Paranaíba, Vale do Rio Doce, Belo-Horizonte, Oeste, Sul/Sudoeste e Zona da Mata).

Com esta comunicação pretende-se apresentar e discutir os resultados de uma pesquisa de natureza qualitativa realizada no norte de Minas Gerais com alguns grupos de economia solidária. A proposta foi analisar as possibilidades de promoção do desenvolvimento, verificando assim alguns dos impactos econômicos e sociais gerados por essa economia na vida dos/as participantes de cinco experiências: dois grupos ligados no campo da alimentação e dois nas atividades de finanças solidárias em Montes Claros e um grupo na área de cooperativa de reciclagem em Pirapora.

A região norte mineira foi selecionada para o estudo pelo seu cenário de proliferação da economia solidária que se apresenta como favorável às observações das práticas de empreendimentos coletivos com forte participação de mulheres que empreendem suas ações em virtude da escassez de recursos. A metodologia concentrou-se no estudo exploratório com aplicação de questionários, entrevistas e observação aos grupos selecionados.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E AS ALGUMAS DEFINIÇÕES CONCEITUAIS

No Brasil antes da década de 80 do século passado, existiam basicamente apenas experiências de cooperativas de crédito, habitacionais e agrícolas. As cooperativas de trabalho só começam a ter expressão a partir da metade da mesma década, com as crises do fim do período militar, a adoção de medidas neoliberais no país e pelas mudanças resultantes do processo de reestruturação produtiva nas empresas. Singer (2002) sublinha ainda que a crise econômica que atingiu o país entre 1981 e 1983 e a crise dos anos 1990, após a abertura dos mercados, no governo Collor, resultaram na falência e fechamento de muitas fábricas, deixando muitos desempregados, os quais passaram a buscar novas alternativas de renda. Partindo disso, tanto nos países europeus e nos EUA, apoiando-se no retorno do cooperativismo, a economia solidária aparece no Brasil⁴ como forma e alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo

⁴ Singer aborda que a economia solidária se destaca no país de forma esparsa na década de 1980 e se fortalece a partir da segunda metade dos anos 1990. O movimento resulta de movimentos sociais que

neoliberal onde aniquilou milhares de postos de trabalho formal (ARROYO e SCHUCH, 2006). Os autores argumentam que:

(...) muitos segmentos das classes trabalhadoras assalariadas perderam seus empregos formais ou foram fortemente estimulados por intermédio de Planos de Demissão Voluntária (PDVS) - utilizados por várias estatais que alegavam necessidade de se adequarem as exigências de mercado, inclusive para entrarem em processo de privatização – a incluir seus próprios negócios, individualmente ou em cooperativas e associações (ARROYO e SCHUCH, 2006, p.34).

A partir disso, começam a surgir iniciativas, por parte dos trabalhadores, de assumir o controle das empresas atingidas pela crise. Essa ensejou que os trabalhadores procedessem à recuperação de empresas que entraram em processo falimentar, como forma de garantir seus postos de trabalho (LEITE, 2009). A legislação passou a facilitar a aquisição de instalações e instrumentos de trabalho dos antigos patrões. Trata-se das cooperativas formadas a partir de empresas recuperadas. Nessa conjuntura, “[...] trabalhadores de diversos ramos de atividades iniciam a formação de cooperativas, movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, [...] entidades começam a apoiar a criação de empreendimentos cooperativados” (PEREIRA, 2007, p.18). Leite (2009) acrescenta que é nesse contexto que serão fortalecidas medidas voltadas à geração de emprego e renda sendo a economia solidária uma alternativa importante.

No ano de 1994, foi criada a ANTEAG⁵, com origem de um determinado movimento sindical, onde a finalidade focalizou-se em apoiar experiências de recuperação de indústrias falidas assumidas pelos trabalhadores, especialmente, em termos de assessoria técnica como também apoiando empresas autogestionárias. Lima (2010) nos chama atenção ao constatar que a partir da criação da ANTEAG, “[...] surge o que poderíamos chamar de novo cooperativismo [...]” (p.181), em oposição ao cooperativismo existente no país, caracterizado pelas grandes cooperativas agrícolas. Além da criação da ANTEAG, destacaram-se também a CÁRITAS⁶ e a FASE⁷ onde ambas em seus trabalhos nas comunidades propuseram desenvolver e apoiar a economia solidária por meios de ações específicas. Além disso, na década de 90, ocorreram várias universidades que através de suas ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) proporcionaram assessorias técnicas a grupos organizados em economia solidária

Outra entidade nacional relevante que veio assessorar e fomentar a economia solidária no país foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior central sindical brasileira. Em parceria com a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisadores sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), a CUT organizou em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), onde essa vem difundindo conhecimentos sobre a economia solidária entre as lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento.

reagem à crise de desemprego em massa, que se inicia em 1981 e se agrava a partir de 1990 com a abertura do mercado interno às importações (2000).

⁵A ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) é uma associação de trabalhadores e empresas autogestionárias.

⁶A CÁRITAS (Entidades Católicas). A missão da instituição é defender e promover a vida e participando da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural, junto com as pessoas em situação de exclusão social.

⁷A FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) foi fundada em 1961. Essa organização trabalha junto aos movimentos sociais rurais e urbanos, em ações educativas que tem por objetivo contribuir com a construção de alternativas para o desenvolvimento, fundadas na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania.

Essas entidades de assessoria e fomento, ocasionadas em vários anos a partir da década de 1980, vão cada vez mais chamando a atenção do debate acadêmico, desenvolvendo a discussão sobre o surgimento da economia solidária no Brasil. A partir de 2003, a economia solidária ganha uma maior expressão institucional através do Ministério do Trabalho no governo Lula. Assim foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), cujo renomeado e referência desse movimento no país, o professor Paul Singer⁸ esteve na direção.

A iniciativa do governo buscou fortalecer a dimensão estratégica da economia solidária tornando-se um modelo que auxiliaria no desenvolvimento do país. Nesse contexto a economia solidária é apresentada como um desafio de afirmação, de reconhecimento e modelo de desenvolvimento sustentável e solidário caminhando por uma forma de organização econômica cuja finalidade principal é a redução das desigualdades econômicas e promovendo o desenvolvimento humano e social (II CONAES/2010). A economia solidária nos últimos anos vem acumulando experiências de formação, produção, trabalho, consumo e comercialização que valorizam o trabalho associado. Assim esse movimento:

(...) organiza a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação (...) visando (...) à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação ao meio ambiente, à valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a: gênero, raça, etnia, território, idade e padrões de normalidade (II CONAES, 2010, Documento Final, p.20).

Para Guérin (2005) essas experiências se realizam conjuntamente a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política. Esse movimento é apontado como “[...] o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (NASCIMENTO, 2004, p.2).

Nas considerações de França Filho (2009), o autor apresenta a economia solidária como um campo de práticas marcado por organizações heterogêneas envolvendo atores (EES⁹, Entidades de Apoio e Fomento e Poderes Públicos) que se articulam criando espaços de auto-organização econômica e de auto-organização política, na busca de construção de uma nova institucionalidade para o fazer econômico em sociedade.

Na perspectiva de Laville e Gaiger (2009) esse movimento relaciona com a ideia de solidariedade em contraste com o indivíduo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico nas sociedades de mercado. Nesse sentido, com a utilização de práticas solidárias, adotam-se critérios igualitários entre os membros participantes e socializa os recursos produtivos. Os autores entendem que os integrantes das organizações solidárias estabelecem entre si um vínculo de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação, valorizando também a importância do trabalho e o compromisso com a comunidade social em que se inserem.

⁸ Reconhecido como pesquisador e grande intelectual do país. Autor de respeitada obra econômica e militante da economia solidária de expressão internacional.

⁹ Empreendimento Econômico Solidário, conceituação teórica mais abrangente utilizada por alguns estudiosos e adotado no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 do MTE.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO NORTE DE MINAS DE GERAIS

No Estado de Minas são 43.811 pessoas diretamente inseridas nos EES, sendo 21.399 mulheres e 22.412 homens, em 1.236 empreendimentos. O estado tem se destacado na economia solidária pela multiplicação de empreendimentos situados nas várias regiões (Noroeste, Vale Jequitinhonha, Central/Belo-Horizonte, Vale do Mucuri, Triângulo/Alto Paranaíba, Vale do Rio Doce, Belo-Horizonte, Oeste, Sul/Sudoeste e Zona da Mata). De modo geral, a maioria dos participantes desse movimento nessas regiões do estado são homens. Em contrapartida, o norte de Minas Gerais apresenta um grande número de empreendimentos com destaque para a participação de mulheres.

Os empreendimentos da região norte mineira, tais como muitos em todo o país, são constituídos por grupos predominantemente informais. No geral, são assessorados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES e pelas prefeituras municipais locais juntamente com a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais/SEDESE. Esta secretaria possui uma diretriz em decreto de Lei Estadual que prevê a promoção da economia solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários em atividades econômicas.

As mulheres nessa região desenvolvem o trabalho em diversos ramos de atividades como: alimentação, oficina de costura, artesanatos, padarias, lanchonetes, reciclagem, entre outros. A mesorregião norte mineira, segundo o Atlas da economia solidária 2007, comporta 214 empreendimentos econômicos solidários sendo: 10 cooperativas, 44 associações e 157 grupos informais. Com o total de 214 empreendimentos o número de participante é de 4.784, sendo 2547 mulheres e 2237 homens.

AS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO NORTE DE MINAS E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO

As experiências cooperativas tem sido uma das necessidades expressas pelos trabalhadores no Norte de Minas Gerais, isso porque as grandes transformações econômicas observadas, sobretudo nas últimas décadas no capitalismo contemporâneo têm aumentado o interesse e necessidade das pessoas de se agruparem com vistas à consecução de objetivos comuns. A reflexão trazida nesse artigo procurou analisar as a economia solidária e as suas possibilidades de desenvolvimento a partir das relações mediadas pelo trabalho associado.

O desenvolvimento nesse estudo deve ser avaliado a partir da concepção de Amartya Sen que prefere conceber a noção de desenvolvimento diferentemente da perspectiva do mercado que identifica nesse conceito o crescimento do produto nacional, com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico, ou com a modernização social.

Percebe se que o conceito de desenvolvimento aqui se confunde como crescimento econômico que é a ampliação quantitativa da produção, ou seja, de bens que atendam às necessidades humanas. De acordo com Sen (2000) o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O sentido de desenvolvimento por esse autor está relacionado à melhoria da qualidade de vida das pessoas, ampliando sua capacidade de construir o próprio futuro, ou seja, de possuírem condição de serem agentes. De modo geral, isso requer maior renda *per capita*, mas implica algo mais: Garantia de educação e oportunidades de

emprego mais igualitárias, maior igualdade entre os sexos, mais saúde e melhor nutrição, um meio ambiente mais limpo e sustentável, liberdades civis e políticas mais amplas, uma vida cultural mais rica. É com essa concepção de desenvolvimento que esse trabalho procurou investigar as práticas de economia solidária para verificar os impactos gerados na vida das pessoas que escolheram participar de atividades associativas. A seguir passa-se a dar visibilidade às iniciativas com os resultados do trabalho de campo.

A tabela 1 mostra os grupos pesquisados, atividade econômica, número de associados, apoio e localização no norte de Minas.

TABELA 1 - GRUPOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PESQUISADOS NO NORTE DE MINAS

Nome do Grupo	Atividade Econômica	Nº de sócios	Apoio	Localização: Cidade/Bairro
Banco Comunitário: Jesus é a Força	Finanças solidárias	17	ONGs	Montes Claros/ Conjunto Joaquim Costa
Banco Comunitário: Unidos Venceremos	Finanças solidárias	24	ONGs	Montes Claros/ Village do Lago II
Padaria Semear	Alimentação	05	ITCP	Montes Claros/ Eldorado
Cozinha Bem Servir	Alimentação	08	ITCP	Montes Claros/ Santos Reis
Cooprarte	Reciclagem	35	ITCP/ Prefeitura Pirapora	Pirapora/ Cidade Jardim

Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa de campo, 2009/2011.

Como ilustra a tabela 1, para esse trabalho destacamos as práticas socioeconômicas dos Bancos comunitários apoiados por Organizações Não-Governamentais e os grupos de alimentação e reciclagem apoiados pela ITCP da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Nas seções seguintes passamos a análise dessas experiências com apresentação da pesquisa de campo a começar pelos Bancos Comunitários.

BANCOS COMUNITÁRIOS

Os Bancos Comunitários são tipos de agrupamentos informais considerados como experiências de finanças solidárias. A proposta dessas experiências desenvolvida pelos setores populares é empreender ações que visem à geração de trabalho e renda a partir de uma pluralidade de formas econômicas. Nessas práticas, as estratégias para obtenção de recursos escassos (renda) ocorrem principalmente por meio das atividades de crédito e poupança desenvolvidas nos *espaços públicos de proximidade* da comunidade local.

No estudo de caso das iniciativas, analisou-se dois grupos situados em Montes Claros, nos bairros Village do Lago II e Conjunto Joaquim Costa. A pesquisa foi realizada no período de agosto de 2008 a janeiro de 2009. Para coleta de dados utilizou-se de procedimentos múltiplos na captação de informações junto as participantes das duas experiências. Além entrevistas individuais semi-estruturadas com algumas das dirigentes dos grupos, a observação participante e da técnica de grupos focais, foram aplicados 35 questionários. Inicialmente prevíamos a aplicação de 41 questionários

referentes ao total de participantes dos dois casos em questão, não obstante somente puderam responder a pesquisa 35 entrevistadas. O objetivo da coleta foi traçar o perfil socioeconômico das participantes dos dois Bancos, verificar as relações de confiança, cooperação e solidariedade e em que medida as experiências têm proporcionado mudanças de vida para esses grupos.

A pesquisa mostrou que, nas duas experiências, o público-alvo é predominante de mulheres (90%) com baixa renda (mais de 94,% possuem renda mensal entre um a três salários mínimos); escolaridade (54,2% cursou apenas o ensino fundamental incompleto, 0,24% cursaram o ensino fundamental completo, enquanto que 0,5% possuem ensino médio incompleto e 28,5% cursaram o ensino médio completo, enquanto apenas 0,2% (1) têm formação superior incompleta).

Percebemos que a metodologia de Bancos Comunitários nos casos estudados tem maior poder de atuação sobre a população com baixo grau de instrução. Contudo, como revela os dados, embora haja uma predominância para a participação de mulheres com baixa escolaridade, em quase todos os níveis de escolaridade existem pessoas que se aproximaram do Banco com perspectivas de melhoria da renda. Nota-se que há pessoas com o ensino médio e superior incompleto participando das atividades dos Bancos comunitários. Isso mostra que essa experiência não é uma fonte de renda somente para as pessoas de baixa escolaridade.

Quanto à composição dos grupos, essa não se dá de forma homogênea. Na distribuição segundo o estado civil, nos dois casos pesquisados encontramos uma maioria de mulheres casadas (60%), cuja renda obtida no Banco tem contribuído com o complemento da renda familiar. Em relação aos outros estados, 20% são solteiras, 11%, separadas, 0,2%, viúvas, e 0,5%, divorciadas.

Em termos de moradia, cerca de 88% do total das participantes dos Bancos residem em casa própria, o que evidencia uma certa estabilidade dos membros dos grupos pesquisados com relação à habitação

No que se refere à faixa etária, a idade média dos membros das duas experiências é de 36 anos sendo que a faixa entre 26 a 35 e 36 a 45 reuniu um maior número de pessoas (63%) seguidas pela faixa de 46 a 60 anos.

Quanto à ocupação, a maioria das entrevistadas encontra-se na informalidade (41% em atividades do setor informal ou em ocupações de baixa qualificação nos ramos de confecção, artesanato, alimento e salão de beleza). A pesquisa também constatou que além dos 32% de pessoas desempregadas que participam dos Bancos, 12% possuem emprego e também se aproximam do Banco a fim de complementar a renda.

A Instituição responsável pela criação da metodologia dos Bancos Comunitários é a Visão Mundial, organização não-governamental (ONG) humanitária cristã que atua em aproximadamente 100 países no enfrentamento da pobreza e da exclusão social. A Visão Mundial atua em parceria com a ANDE - Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial (OSCIP) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que aplica a metodologia em territórios marcados por pobreza e desigualdades sociais no Nordeste e Norte de Minas Gerais. Os Bancos Comunitários acessam recursos disponíveis pela ANDE que por sua vez acessam recursos de agentes financiadores como o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. A agência através de ação microfinanceira realiza operação de microcrédito orientado a partir das metodologias de crédito Individual, Grupo Solidário e Bancos Comunitários. Nessa última modalidade, a ANDE aplica a metodologia criada pela Visão Mundial como forma de aumentar a capacidade de grupos de se apoiarem mutuamente para o desenvolvimento sócio-econômico. Com esse apoio, os grupos são formados via ações

coletivas, na formação de redes de solidariedade para autogestão financeira do circuito econômico mediante o crédito e a poupança dentre outros recursos de apoio a organização do trabalho das economias populares.

O sistema de Bancos Comunitários surgiu em 2001 em Alagoas nos arredores de Maceió. Depois foi ampliando-se para outros Estados do Nordeste e Norte de Minas, onde existe desde 2004. O estudo mostra que estão incluídos nessa metodologia de Bancos Comunitários dezenas de grupos sociais dentro das comunidades mais pobres, do Nordeste (Ceará, Alagoas, Pernambuco e Bahia); Minas Gerais (Montes Claros, Lontra e Japonvar) e Vale do Jequitinhonha (Araçuaí, Itinga e Coronel Murta). O estudo mostra que existiam em 2008, cerca de 24 Bancos Comunitários ativos no Norte de Minas com um total de 305 integrantes, sendo que a maioria é composta por mulheres que desenvolvem pequenas atividades informais de artesanato, confecções, produtos alimentícios e correlatos vendidos em feiras ou em pontos estratégicos com grande fluxo de trabalhadores. Em Montes Claros em específico onde se focalizou na pesquisa empírica foram registrados cerca de 07 Bancos Comunitários compostos de 108 pessoas. Os Bancos Comunitários localizam-se em regiões periféricas da cidade de Montes Claros. Na sua maioria, estão situados na zona urbana (em 06 bairros) e (01 na zona rural).

Quanto à composição, os Bancos Comunitários são formados por grupos de 10 a 25 pessoas que trabalham por conta própria. As atividades são heterogêneas e vão desde o pequeno comércio do bairro pequenas atividades de artesanato, confecções, produtos alimentícios, e correlatos. Os Bancos Comunitários uma vez constituídos por pequenos grupos de vizinhança e de amizade acessam recursos financeiros disponíveis pela instituição de fomento para fins investimento nas atividades produtivas individuais ou coletivas. Os grupos sociais confiam suas finanças levando em conta seu capital social, a confiança, a amizade e proximidade. São os sócios do Banco quem decidem os valores de cada solicitante e quem pode fazer parte do banco. Nesse caso as relações de vizinhança, de amizade e de confiança serão determinantes para a constituição dos laços sociais e acesso aos recursos para investimento nas atividades.

As reuniões dos Bancos podem funcionar semanal, quinzenal ou mensalmente no espaço da casa ou em salões comunitários. Na prática solidária implementada nos grupos introduz-se mudança de mentalidade capaz de induzir a criação de capital social. Nesse sentido, Abramovay (1998) acredita que é possível criar e estimular o capital social onde ele é incipiente. Nesse caso, a Agência microfinanceira de apoio aos grupos tem um papel estratégico na articulação dos grupos mediante o estímulo à participação no circuito comunitário.

A partir do estudo de caso de dois grupos selecionado na pesquisa, dos dados mostram que um Banco é formado por 10 a 25 membros que na sua maioria possuem baixa renda, escolaridade e estão desempregadas e, portanto compartilham as atividades de poupança e crédito num espaço comunitário. Uma vez constituídos por pequenos grupos de vizinhança e de amizade, os Bancos Comunitários acessam recursos financeiros disponíveis pela instituição de fomento para fins de investimento nas atividades produtivas individuais ou coletivas. Cada membro recebe financiamento que pode variar de R\$100,00 a R\$ 3000,00 com taxa inicial de 4,5% ao mês com prazo de financiamento em até 06 meses. O fundo de investimento mobilizado pelo Banco Comunitário é autogerido pelo próprio grupo ou cada participante que recebe treinamento por meio de educação financeira para aprender como se deve poupar, investir suas economias, controlar os pagamentos, a adimplência e pontualidade dos sócios.

O sistema da garantia do financiamento funciona mediante o aval solidário em substituição a garantia real. Nesse sentido, Os riscos do não pagamento são compartilhados entre os membros. Além do financiamento, os grupos são orientados a praticar a poupança solidária e a repartir o fundo extra que funciona como uma *caixinha* mantida com realizações de eventos como festival de sorvetes, feijoada, rifas etc., realizadas pelo próprio grupo com o recurso de mutirões. Assim, nesse sistema de ação poderíamos observar nas atividades econômicas empreendidas no interior de Bancos Comunitários a criação de vínculos sociais mediante o capital social que surge nesse cenário como um “bem público capaz de gerar um novo contrato social baseado na cooperação recíproca, solidária e coletiva” (Baquero, 2003, p.28).

A partir das constatações verificadas no campo, o estudo nos permitiu fazer alguns apontamentos acerca dos impactos sociais e econômicos dos membros dos Bancos Comunitários “Jesus é Força” e “Unidos Venceremos”. A pesquisa constatou que de acordo com a percepção dos sujeitos sociais, houve de certo modo uma mudança nas suas vidas após participarem dos Bancos Comunitários, das atividades de crédito e poupança. Em síntese listamos alguns pontos levantados pelas comunitárias no questionário quanto aos benefícios trazidos pelos Bancos Comunitários ou de mudanças após participarem das experiências.

Quanto às mudanças ocorridas nas atividades econômicas das integrantes dos dois Bancos, destacam-se algumas conforme informações contidas no gráfico 1.

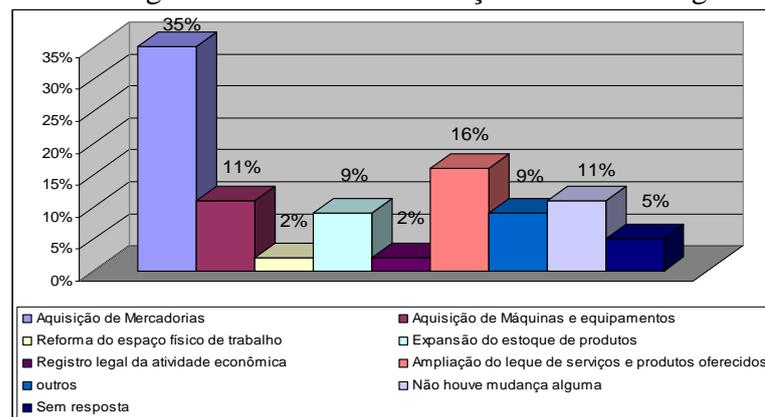


Gráfico 1 - Mudanças ocorridas na atividade econômica após investimento advindo das operações de crédito (N=18). A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato de as entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Como evidenciado no gráfico 1, as mudanças na atividade econômica das comunitárias ocorreram principalmente com o investimento em mercadorias mediante o capital de giro para compras à vista. Esse foi o fator mais significativo dos investimentos. Conforme informações captadas, podemos inferir que, para a maioria das comunitárias que solicitou o crédito, houve alguma mudança na atividade econômica mediante a participação no programa de microcrédito. Em relação à poupança, ouvimos comunitárias que disseram resolver problemas inadiáveis com o dinheiro depositado como tratamento de saúde, compra de enxoval do bebê, reforma da moradia ou aquisição de eletrodomésticos, ações que incidem diretamente na melhoria da qualidade de vida. Esse dado demonstra a importância da poupança, mesmo que pequena, para as comunitárias. De um total de 35 sócias que responderam ao questionário, 33 tem algum valor poupado no Banco Comunitário. Isso representa 94% das comunitárias que entendem a importância da poupança como reserva para o futuro

além de possibilitar o acesso ao crédito e a união do grupo. O gráfico 2 apresenta os percentuais relacionados à importância atribuída a poupança.

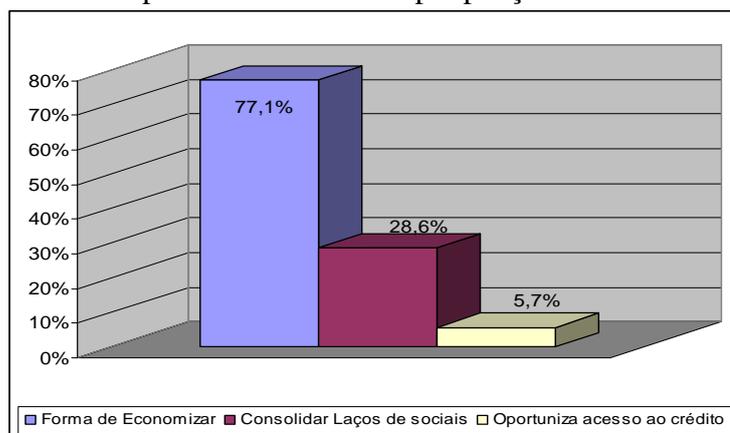


Gráfico 2 - Importância atribuída à poupança pelas comunitárias (N=35). Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009. A soma dos dados apresentados é superior a 100% pelo fato de as entrevistadas terem respondido mais de uma opção.

De acordo com as entrevistadas, a poupança conjunta ajuda nas dificuldades e para pagamento das prestações. Quanto aos valores depositados por cada comunitária, esses podem variar de R\$ 5,00 (cinco reais) a R\$ 10,00 (dez reais) por reunião. Quanto à frequência, registrou-se que a maioria das sócias poupa em quase todas as reuniões. As comunitárias são orientadas a pouparem em todas as reuniões que ocorrem uma vez por semana em cada grupo pesquisado. Do ponto de vista econômico, as entrevistadas revelaram que antes do Banco na Comunidade não se economizava, agora passou se a economizar mais. “*Antes eu dava sem pensar R\$ 0,50 (cinquenta centavos) R\$1,00 (um real), R\$2,00 (dois reais) para os meninos comprar pirulito e chup-chup¹⁰, agora eu pego esses trocados e deposito na poupança*” (Colaboradora 5, Banco “Unidos Venceremos”).

Em relação à poupança, nas entrevistas ouvimos vários depoimentos sobre a sua importância e o impacto na vida das comunitárias. Segue algumas falas: “*Eu não consigo guardar dinheiro de jeito nenhum, dinheiro na minha mão, o que entrar eu gasto à toa mesmo, e lá foi uma fonte que a gente encontrou para depositar, que se tivesse em casa eu não teria ele guardado, no Banco eu deposito já pensando em algo importante no que vou realizar*” (Colaboradora 7, Banco “Unidos Venceremos”). Como percebemos, a poupança é um ativo importante nos grupos porque ajuda na realização de algum sonho para o comunitário que geralmente investe na família e na atividade econômica.

Quanto à renda gerada no Banco Comunitário com os recursos da poupança e crédito, os dados mostram que 77% das entrevistadas responderam que a renda é aplicada na família, sobretudo no cuidado com os filhos e na melhoria da moradia e compra de eletrodomésticos. Segundo declarações das entrevistadas, o crédito repassado pela Instituição microfinanceira é utilizado para alavancar a atividade econômica e em complemento, as poupanças têm contribuído para aumento da renda. Quanto à avaliação dos impactos do Banco na comunidade, a pesquisa procurou captar das próprias entrevistadas o que essa experiência representa nas suas vidas e como as pesquisadas avaliam a existência do Banco na comunidade. Para obtenção dessas informações utilizamos como instrumentos o questionário bem como informações extraídas dos grupos focais. Em relação às respostas obtivemos as seguintes informações

¹⁰ Espécie de refresco ou picolé vendido em casa.

representadas na tabela 2. A incidência de uma mesma resposta permitiu a categorização das informações conforme ilustra a tabela.

TABELA 2 - IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS PARTICIPANTES (N=35)

Especificação	%
A - Impactos Sociais	
Melhoria da qualidade de vida (saúde mental, as reuniões servem como terapia)	48,6%
Aumento da auto-estima quanto ao gerenciamento do próprio recurso, o prazer de estar juntas.	31,4%
Fortalecimento do vínculo social Comunitário, da amizade	51,5%
Ajuda a desenvolver a autoconfiança reforça os laços comunitários e respeito mútuo	28,6%
Resgate de valores comunitários (gratuidade – a cultura do dar)	40%
Desenvolvimento da autonomia feminina e capacidade de protagonizar, espírito de liderança, capacidade de expressão.	20%
B- Impactos Econômicos	
Ampliação da atividade produtiva via financiamento	20%
Desperta e possibilita a necessidade de poupança	77,1%
Melhoria no nível de renda dos envolvidos mediante investimento na atividade produtiva e acesso a poupança.	88,6%
Aquisição de bens (máquinas, equipamentos, móveis e eletrodomésticos para o lar)	11,4%

Fonte: Dados obtidos junto às entrevistadas a partir da Pesquisa de Campo 2009.

Apesar de as comunitárias terem apontado o crédito e poupança como fontes de renda, elas testemunham que, é preciso uma ampliação dessas oportunidades, de modo que elas não se reduzam ao acesso ao crédito e à poupança, muito pertinentes para a geração de renda, contudo insuficientes. As expectativas são evidenciadas em algumas falas tais como *“Você tem que ter uma motivação a mais para você ir às reuniões, se for só poupar e reunir é pouco, precisamos de palestras, cursos, eventos etc.”*. As falas evidenciam a necessidade de investimento em capital humano como, por exemplo, no aprimoramento de suas habilidades mediante capacitação ocupacional. Assim, o Banco seria uma atividade “meio” e não uma atividade “fim” crédito e poupança. Seria para elas, um meio de ampliação de liberdades mais diversas e de emancipação.

Percebemos diante dos dados que os Bancos Comunitários pesquisados são responsáveis por suprir a falta de solidariedade do Estado na providência de um mínimo de bem público. Os relatos mostram que as atividades de Bancos Comunitários configuram-se como um clamor por uma outra sociedade possível. Para consolidação dessa outra racionalidade, é mister que reconheçamos a necessidade de construção de um projeto societal geral onde todos possam ter mais acesso a oportunidades econômicas e sociais. Nos depoimentos das participantes dos Bancos Comunitários, percebemos que essas oportunidades poderiam ser contempladas em políticas públicas mais amplas para promoção do desenvolvimento social. Como mostra os dados, na opinião do público pesquisado, para que se fomente o desenvolvimento social falta ampliação de direitos sociais básicos não somente para o grupo, mas para a comunidade de modo geral. Percebemos diante dos dados que os Bancos Comunitários pesquisados

são responsáveis por supri a falta de solidariedade do Estado na providência de um mínimo de bem público.

GRUPOS DE ALIMENTAÇÃO E RECICLAGEM

Em relação aos dois grupos de alimentação em Montes Claros e a cooperativa de reciclagem em Pirapora, fizemos pesquisa de campo com utilização da aplicação de questionário, observação direta e entrevistas semi-estruturadas durante o primeiro semestre de 2011. Os grupos no geral são comandados e constituídos por mulheres. Por serem as mais atuantes e presentes nessas formas de trabalho associado no norte de Minas, escolhemos as mesmas para a esta pesquisa. Nesse caso, aplicamos o questionário para todas as mulheres que estavam em atuação somado aos três grupos, que foi em torno de 30 participantes, bem como fizemos entrevistas com a metade delas.

No que diz respeito à faixa etária, predominam mulheres com uma média de 45 anos, majoritariamente pardas e pretas. Em relação à escolaridade, 14 delas foram alfabetizadas, tendo concluído o 5º ano do Ensino Fundamental (antiga 4ª série), 10 estudaram entre a 1ª e 2ª série, quatro possuem o Ensino Fundamental incompleto, quatro já concluíram o Ensino Fundamental e três concluíram o Ensino Médio. A maioria está envolvida nesses grupos há mais de dois anos. A jornada diária é de oito horas diárias, em alguns momentos algumas ultrapassam esse horário, geralmente devido ao aumento do serviço e pela oportunidade de receber horas extras. Além disso, praticamente quase todas foram as responsáveis por cuidar dos serviços domésticos e dos filhos menores.

Em relação à configuração familiar, a metade delas é solteira, a outra metade é dividida entre aquelas que oficialmente são casadas e outras que vivem informalmente com um companheiro. A quantidade de filhos é um aspecto comum no conjunto dessas mulheres, a média supera dois filhos para cada trabalhadora, praticamente quase todas são mães. A metade das participantes possui filhos pequenos que fazem uso do Bolsa Família, o que vem acrescentar na renda familiar. Em se tratando da renda obtida no grupo, pode-se constatar que todas as participantes recebem menos de um salário mínimo, situação comum em muitos empreendimentos do país. A renda tem sido um fator relevante e necessário para essas mulheres. Salvo em poucos casos, além do Bolsa Família, que uma parte delas tem recebido, a única fonte de renda vem desses grupos.

Como os empreendimentos pequenos, o ganho não chega a um salário mínimo. Por outro lado, apesar de ser ainda restrita, a renda tem beneficiado essas mulheres no sentido das mesmas terem acesso a bens materiais como eletrodomésticos, construção e melhoria de suas residências, além de auxiliar na manutenção básica da casa. Antes de se envolverem nesse trabalho, essas trabalhadoras já desempenhavam atividades remuneradas. Algumas foram empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, faxineiras, uma minoria teve registro em carteira em setores como restaurante, firmas de plantação de eucalipto, prestação de serviços, e outras trabalhavam no lixão da cidade catando materiais recicláveis. Diversos foram os motivos que as levaram para empreendimentos de economia solidária: desemprego e pobreza, a busca de uma renda regular, a proposta de um trabalho em grupo, assim como pela oportunidade de possuir uma qualificação e se profissionalizar. Abaixo descrevemos a organização de cada grupo apontando a renda e as dificuldades principais.

Padaria Comunitária Semear: A atividade do empreendimento tem se concentrado na comercialização de produtos atribuídos a padaria tais como: bolos, roscas caseiras, biscoitos, pães, tortas, pães de queijo, salgados, doces, sucos entre outros. O grupo é pequeno, informal e está fisicamente estruturado em três cômodos. O

espaço desse trabalho não foi cedido e nem patrocinado por nenhum órgão, é alugado por um valor de R\$ 250,00, pago pelo próprio grupo, o que acarreta uma sobrecarga nas retiradas financeiras mensais. O grupo funciona de domingo a domingo das 05h30 às 19h00 e dificilmente fecha, mantém diariamente o expediente em aberto, isso devido à demanda e à insegurança (provável perda dos clientes). Nesses cômodos é feita toda a produção e comercialização dos produtos. A retirada geralmente é semanal, cada participante dependendo da época chega a receber em torno de R\$ 70 a 80 por semana, o que equivale a menos de um salário mínimo mensal. O trabalho exige tempo e dedicação das integrantes e as dificuldades principais estão relacionadas à falta de capital de giro, de infraestrutura para aumentar a comercialização e melhorar o atendimento aos clientes, assim como a necessidade de contratação de mais pessoal, tendo em vista que, em alguns momentos, esse trabalho as sobrecarrega e as desestimula.

Cozinha Comunitária Bem Servir: O empreendimento desenvolve produção e comercialização de Marmitex e Prato Feito/PF (venda de refeições¹¹) aos moradores do bairro Santos Reis e adjacências. O empreendimento se baseia na inspiração solidária, composto por 8 pessoas, sendo 7 mulheres e 1 homem. O horário de expediente funciona das 07h:00 as 15h:00 de segunda a sábado. O local de funcionamento é cedido, sendo uma das salas da sede da Pastoral da Criança no bairro Santos Reis. O grupo faz uma vendagem média de 60 a 70 refeições por dia, sendo PF e marmitex, o preço varia entre R\$ 4,00 a R\$5,00 reais. No que tange às dificuldades, a principal consiste no fato do empreendimento não possuir um sede própria, o que impede que melhorias sejam feitas no local para melhor atender às demandas presentes.

O empreendimento tem conseguido criar uma relação bem estabelecida com a comunidade, assim como tem aumentando a demanda e adesão dos clientes. Mas por ser um empreendimento pequeno e informal, ele não deixa de apresentar a precariedade como muitos que existem no país. A jornada de trabalho se estende até aos finais de semana durante todo ano, ficando o grupo fechado apenas nos domingos e nos feriados religiosos. Por está isento de aluguel, o grupo tem sido favorecido em relação às despesas mensais, que ficam menores, por outro lado, isso o desfavorece devido à dependência do espaço que é bem localizado e caso tivesse que arcar com aluguel os recursos disponíveis não seriam suficientes.

Outra dificuldade que também ocorre no grupo é a própria situação que a comercialização alimentícia exige, fazendo com que essas mulheres sejam muito presas ao trabalho. Nessa situação, as componentes necessitam da renda e sempre estão relacionadas a essa atividade, não podem viajar, faltar e nem há disponibilidade de tempo para resolverem seus assuntos particulares/familiares por estarem na maior parte do tempo responsáveis pela alimentação de uma parcela da comunidade local. O trabalho em si não é desgastante, não as deixa sobrecarregadas, nem mesmo cansadas. Elas gostam de estar nessa rotina, apesar de trabalharem 8 horas seguidas e recebendo uma baixa renda. A receita mensal desse empreendimento gira em torno de R\$ 3.500,00. Desse valor o grupo arca com as despesas de manutenção, como água, luz, telefone, gás, alarme e compras diárias dos alimentos. O que sobra é dividido entre todos, uma média de R\$ 300,00 reais mensais para cada participante.

Cooperativa de Produção Artesanal Ltda – COOPRARTE: Foi fundada em maio de 2001 na cidade Pirapora/MG. O seu surgimento se deu através de uma proposta da prefeitura que buscava soluções em relação ao volume de lixo reciclável que diariamente estava sendo depositado no aterro sanitário da cidade, assim como a

¹¹ A comida é basicamente composta por arroz, feijão, uma guarnição que é uma verdura com salada, macarrão e duas variedades de carnes.

possibilidade de retirar desse aterro catadores que viviam em suas margens, sem infraestrutura, sem segurança e sujeitos a contaminações ou mesmo a acidentes. A cooperativa surgiu diante dessa proposta e o tempo de sua existência tem está por volta de 11 anos, no entanto sua constituição jurídica formal foi consolidada apenas em outubro de 2004. Atualmente é composta por 35 cooperados, sendo 25 mulheres e 10 homens. O trabalho vai desde a produção de vassouras de garrafa pet, artesanatos, à coleta, triagem, prensagem e comercialização de materiais recicláveis: plásticos, sacolas, papéis, papelão, garrafas pet, etc. Atualmente é assessorada pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Pirapora e pela ITCP/UNIMONTES.

A estrutura física da cooperativa se divide em dois módulos, um desses trata-se de um galpão localizado no bairro Nossa Senhora Aparecida, nele ficam a diretoria e a secretaria do grupo. Este módulo é utilizado para fabricação de vassouras ecológica de garrafas pet e do artesanato feito em cano PVC e em madeira. Já o módulo 2 da cooperativa está localizado no bairro Cidade Jardim, nele encontra-se a inserção da grande maioria dos cooperados (mulheres principalmente) e onde se destina todo o processo de triagem, prensagem e comercialização dos materiais recicláveis. Em se tratando dessa cooperativa, as mulheres, mesmo que não sejam todas, com muitas dificuldades, têm mostrado resistência e habilidade, sendo as mais responsáveis, além de serem as gestoras dessa atividade. A cooperativa hoje oferece inserção e refúgio para muitas, ao adentrarem para essa ocupação, sabendo-se que a maioria delas possui uma média de idade acima dos 40 anos e com escasso grau de escolaridade, tiveram que se posicionar adquirindo conhecimentos, instruções e treinamentos.

Ainda que nesse grupo ocorressem alguns avanços como a legalização de sua formalidade, a previdência, aquisição dos equipamentos, estrutura, etc, o trabalho não deixa de ser precário e degradante. Nesse comando, as mulheres sentem o peso das dificuldades, da dureza ocasionada tanto em relação à gestão burocrática quanto aos relacionamentos pessoais. A própria trajetória de vida de cada uma impõe a dificuldades, refletidas no relacionamento não muito harmonioso assim como a própria dureza e o desgaste do trabalho que também influenciam. Na atmosfera da cooperativa, as mulheres são as que mais reclamam, as que mais queixam sobre as condições do trabalho. As dificuldades que às vezes ocorriam no grupo partem das próprias condições que o trabalho oferece ao afetar o aspecto físico das cooperadas principalmente as que estão no módulo 2. Tudo isso é consequência da falta de segurança e de proteção dessa atividade estando elas diariamente em contato direto com sol e lixo (material reciclável), além de receberem uma baixa renda.

Como em muitos empreendimentos do país, o grupo não deixa de apresentar problemas em relação à organização do trabalho. A maioria das cooperadas precisa ser orientada para resolver os problemas que ocorrem em cada setor, geralmente é a presidente da cooperativa que faz esse papel (passar as instruções). Os membros, em sua maioria, enxergam a presidente como a patroa, a dona da cooperativa. Todo tipo de problema, de dificuldade que ocorre nesse meio sempre recorrem a ela. Não há iniciativa dos/as participantes para resolverem as dificuldades que surgem. Os/as cooperados/as ainda não se sentem donos/as da cooperativa, ainda não possuem a autonomia administrativa. As principais dificuldades enfrentadas, atualmente, pelo grupo se referem ao desgaste físico, à baixa renda e aos relacionamentos interpessoais, além da falta de limitação de conhecimentos da maioria dos/as componentes referente ao trabalho organizacional de uma cooperativa. A maioria não teve experiência prática em trabalho de grupo, não sabe ser independente, autônomo para resolver os problemas que sempre ocorrem. Alguns ainda desconhecem o significado de uma cooperativa.

Atualmente, de acordo com as variações dos preços dos produtos e da quantidade vendida, o faturamento da cooperativa mensal é entre R\$ 10.000,00 e R\$ 11.000,00. A renda das mulheres é inferior a um salário mínimo, sai em torno de R\$ 250,00 a R\$ 400,00 líquidos. O que é posto por receberem esse valor é que elas faltam muito mais do que os homens que recebem acima desse valor, geralmente em torno R\$ 500,00. Por motivos pessoais algumas ficam ausentes e obtêm de fato uma renda menor. As que são bem presentes e atuantes conseguem receber um valor acima desse mencionado, mas isso não se traduz em muita alteração. Não obstante, as mulheres da cooperativa pegam muito vale de dinheiro antecipado, o que implica no desconto do pagamento no final do mês. Parte delas não consegue administrar suas finanças pessoais e sempre tem buscado antecipar a renda para arcar com despesas como gás, luz e água. As que não faltam e não pegam vale, e tendo uma venda de cargas positivas no mês, chegam a faturar entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00 líquido, mas não é com todas e nem sempre que isso acontece.

Por outro lado, a posse do espaço físico que reflete no comando da atividade pode ser interpretada como um fator importante para promover a autonomia da cooperativa. As mulheres inseridas partilham conhecimentos e através dessas experiências, apesar do desalento em ter que lutar contra a exclusão e o empobrecimento, buscam construir espaços de trabalho e desenvolvem a convivência com pessoas diferentes, o que beneficia no processo de adaptação e aprendizado. Dentro dessa complexidade, também foi possível enxergar contribuições positivas, seja pelo montante de lixo recolhido - prestação de serviço público, pelas aprendizagens dos/as cooperados/as e da comunidade, pelas novas oportunidades criadas como pelas relações estabelecidas com o poder público.

Ao entrar nesse espaço, sabendo que não dispunham do conhecimento sobre a organização de uma cooperativa, as situações incentivaram às mulheres a desenvolver aptidões e capacitação. Saber quais são os materiais que se reciclam, saber qual a importância para o meio ambiente, entender como e para quem se comercializa tem representado na vida dessas trabalhadoras um processo de entendimento e amadurecimento resultando na valorização do trabalho organizado no qual fazem parte. A inserção das mesmas na reciclagem se mostra positiva do ponto de vista do reconhecimento, pois são notadas pelo que fazem e, em alguma medida, sentem-se valorizadas. Realizando uma atividade capaz de reunir aspectos como visibilidade e relevância, percebemos que muitas delas passaram por processos de reflexão valorizando a autoestima e revisando as suas atuações no grupo.

Com base nos relatos apresentados pelas entrevistas, essa atividade tem possibilitado para elas acesso ao mercado de trabalho ou mesmo a inserção social. A maioria delas tem conseguido adquirir certa independência, porém, ainda algumas são encontradas concretamente vulneráveis, pobres, dependentes da renda dessa atividade como questão de sobrevivência, principalmente na COOPRARTE. Em relação à percepção dessas integrantes sobre as mudanças ocorridas em suas vidas a partir dessa inserção, podemos considerar que a economia solidária aparece como uma possibilidade aparentemente benéfica para essas trabalhadoras. Isto nos faz perceber que as experiências não se restringiram ao aspecto econômico de sobrevivência, mas se estenderam a uma pluralidade de ganhos que interferiram em suas vidas, embora não seja ainda possível generalizarmos.

Esse trabalho ofereceu até o dado momento melhorias da autoestima. Nesse caso, elas demonstraram que estão conhecendo e interagindo muito mais em relação à antes com uma diversidade de pessoas, tanto com os/as próprios/as colegas do trabalho quanto com as pessoas da comunidade, como têm ocorrido melhorias relacionadas à

saúde. Além de predominar uma melhor articulação na relação com a comunidade e com os próprios familiares¹², esse trabalho também conseguiu oferecer a conquista de uma qualificação. No que diz respeito ao aprendizado sobre os princípios de solidariedade e cooperação, apesar de ser um desafio contínuo, esses têm sido aprendidos nesses espaços. Em relação ao procedimento de inclusão, pelo fato de serem grupos pequenos, pobres, mas diariamente atuantes, elas conseguiram apesar das dificuldades gerar uma boa visibilidade diante da comunidade se reconhecendo como trabalhadoras inclusas no mercado de trabalho, todavia isso não é o caso de todas. Nesses três grupos observamos também que os moradores do bairro e adjacências reconhecem a existência dos mesmos, sabem o que vendem e quem são as participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que Economia Solidária praticada nos grupos estudados, combinada a outros benefícios sociais, pode produzir efeitos que ataquem a pobreza ou pelo menos sua amenização, construir solidariedades e possibilitar ampliação das liberdades das quais necessitam os sujeitos envolvidos nessas práticas. Sabemos que as populações participantes das experiências aqui, aquela destituída historicamente dos seus direitos sociais nas esferas da saúde, educação, emprego, lazer dentre outros, necessitam de políticas públicas mais abrangentes para se ter um desenvolvimento ampliado.

Nos caso dos Bancos Comunitários, percebe-se que o econômico ainda tem pouco peso no sentido de possibilitar uma mudança mais estrutural ou de posicionamento em relação às condições de pobreza. Não obstante, é preciso ter cautela ao analisar os indicadores de mudança somente do ponto de vista econômico. Esse não foi o nosso objetivo. É importante também considerar que as experiências são portadoras de uma outra racionalidade com grande significado cultural pelo seu destaque educativo e transformador de mentalidades como observado no aumento das solidariedades, confiança e capacidades das pessoas de empreenderem a ação coletiva. Nos interstícios dos grupos das finanças solidárias estudados, há o espírito de solidariedade e de reciprocidade que não se traduz apenas em maximização do interesse individual e econômico, mas também no reforço dos vínculos relacionais e de pertencimento.

Como constatado, os *espaços públicos de proximidades* dos Bancos Comunitários têm a sua importância porque produz efeitos não somente financeiros, mas “guardam um sentido primordialmente social” (...) e “instituem uma racionalidade na qual a atividade econômica funciona como meio para a consecução de outros fins” (Gaiger e Laville, 2009, p.162-163).

Quanto às três experiências no campo da alimentação e reciclagem conclui que, nesses três empreendimentos, essas iniciativas se tornam instrumentos que buscam amenizar as duras condições de vida das classes menos favorecidas, sobretudo de mulheres trabalhadoras pobres, contendo, no entanto o diferencial de aliar inclusão social a uma nova ótica de trabalho. Esse procedimento tem buscado promover a emancipação econômico-social e o bem estar coletivo dos seus participantes, apesar de não ter se tornando um caminho efetivamente estável e satisfatório para contemplar a todos/as. Os grupos têm buscado caminhar em prol da estabilidade e independência, mas são marcados por atritos e dificuldades relacionadas às relações internas, financeiras e gerenciais. A situação deles encontra-se ainda num quadro de pobreza e

¹² Apesar de se encontrar algumas que não tiveram nenhum reconhecimento dos membros da família por esta forma de atividade.

precariedade, o trabalho é intenso e cansativo (Padaria e COOPRARTE principalmente) e muitas vezes exigem até mais de 8 horas diárias. Por serem grupos de trabalho associado, não possuem retiradas suficientes para que possam introduzir direitos trabalhistas.

Pode-se constatar que nos três grupos ocorre a falta de proteção social atingindo as mulheres envolvidas. Apenas a COOPRARTE, dos pesquisados, contribui com a previdência, contudo, apenas esse benefício não é suficiente. Podemos considerar que esse caminho de trabalho associado ainda resiste e se encontra em lento processo de construção.

De modo geral, em relação às cinco experiências pesquisadas, os resultados sugerem que a renda obtida com o trabalho associado apesar de restrita, tem gerado melhorias na vida de certas mulheres, mas ao nível da sobrevivência, aliviando assim as condições de exclusão e pobreza. Em outro plano, os impactos gerados propiciaram oportunidades sociais de bem estar recíproco e fortalecimento dos laços comunitários ameaçados pela economia hegemônica. Mesmo os grupos estando em estado de precariedade, instabilidade, pobreza e enfrentando dificuldades relacionadas à gestão coletiva e financeira, ainda sim, essa atividade tem possibilitado até o dado momento, mais autonomia, oportunidade de trabalho, melhoria da auto-estima, reconhecimento social e qualificação a uma parcela desses/as trabalhadores/as.

Não obstante, as experiências mostraram que as mazelas das desigualdades continuam muito perenes, pois a presença das iniciativas em territórios de exclusão traduz-se em estratégias de enfrentamento da questão social expressa principalmente pela pobreza, desemprego, precarização do trabalho, marginalização, dentre outras situações degradantes que impedem uma reprodução ampliada da vida com promoção de um desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Capital Social: Cinco proposições sobre desenvolvimento rural**. São Luiz. Dezembro, 1998. Disponível em: www.gipaf.cnptia.embrapa.br/publicações/artigos_e_trabalhos/contag16.pdf. Acesso em 17/02/08.

BAQUERO, Marcelo. **Capital social**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*, Veraz Editores Porto Alegre: 2003.

CONAES, **II Conferência Nacional de Economia Solidária: pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável**. Documento Final, Brasília/DF, 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Economia solidária**. In: VERACIDADE, Ano IV, nº 04, Março/Salvador, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária**. In: *Dicionário Internacional da Outra Economia*. CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; PEDRO, Hespanha (orgs). Ed: ALMEDINA, AS. Lisboa, 2009.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LEITE, Márcia de Paula. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 24. nº 69. São Paulo Feb. 2009.

LIMA, Jacob Carlos. **Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez., p. 158-198, 2010.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o novo cooperativismo**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, Maio, 2004.

PEREIRA, Maria Cecília Camargo. **Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina**. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.